

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	63
----------------------------------	----

## Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	66
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	3.151.714	2.726.828	2.615.446
1.01	Ativo Circulante	221.830	158.871	242.396
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	95.492	40.900	129.980
1.01.03	Contas a Receber	114.868	103.627	96.891
1.01.03.01	Clientes	114.868	103.627	96.891
1.01.03.01.01	Contas a receber	5.851	6.673	5.066
1.01.03.01.02	Créditos com Partes relacionadas	109.017	96.954	91.825
1.01.06	Tributos a Recuperar	141	2.913	3.242
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	141	2.913	3.242
1.01.06.01.01	Impostos a recuperar	141	2.913	3.242
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.429	5.573	6.870
1.01.07.01	Despesas antecipadas	5.429	5.573	6.870
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.900	5.858	5.413
1.01.08.03	Outros	5.900	5.858	5.413
1.01.08.03.01	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	4.727	4.727	4.727
1.01.08.03.02	Outros créditos	1.173	1.131	686
1.02	Ativo Não Circulante	2.929.884	2.567.957	2.373.050
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	755.912	639.298	529.335
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	696.057	573.373	458.928
1.02.01.07.01	Despesa antecipada outorga fixa	696.057	573.373	458.928
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	138	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	0	138	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.855	65.787	70.407
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	1.436	2.943	2.729
1.02.01.09.04	Pagamentos antecipados relacionados à concessão	56.724	61.451	66.178
1.02.01.09.05	Outros créditos	1.695	1.393	1.500
1.02.03	Imobilizado	125.013	128.479	90.075
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	108.891	71.955	41.368
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.122	56.524	48.707

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
1.02.04	Intangível	2.048.959	1.800.180	1.753.640
1.02.04.01	Intangíveis	2.048.959	1.800.180	1.753.640

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	3.151.714	2.726.828	2.615.446
2.01	Passivo Circulante	344.691	381.602	1.434.515
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.616	13.810	10.981
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.616	13.810	10.981
2.01.01.01.01	Obrigações sociais e trabalhistas	14.616	13.810	10.981
2.01.02	Fornecedores	43.854	24.337	36.398
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	43.854	24.337	36.398
2.01.03	Obrigações Fiscais	186.438	152.171	67.974
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	177.097	143.908	60.281
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	130.463	100.394	18.463
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições parcelados	38.657	36.650	34.365
2.01.03.01.03	Impostos e contribuições federais retidos	2.206	1.543	2.394
2.01.03.01.04	Pis e Cofins a recolher	5.771	5.321	5.059
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	157	173	38
2.01.03.02.01	Outros impostos a recolher	157	173	38
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.184	8.090	7.655
2.01.03.03.02	ISS a recolher	9.184	8.090	7.655
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	80.076	169.052	1.244.390
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	45.859	46.571	46.936
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	45.859	46.571	46.936
2.01.04.02	Debêntures	34.217	122.481	1.197.454
2.01.05	Outras Obrigações	17.872	14.789	14.806
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.064	5.509	5.681
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	13.064	5.509	5.681
2.01.05.02	Outros	4.808	9.280	9.125
2.01.05.02.04	Obrigações com poder concedente	2.375	4.349	4.753
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.433	4.931	4.372
2.01.06	Provisões	1.835	7.443	59.966
2.01.06.02	Outras Provisões	1.835	7.443	59.966

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2011</b>
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	1.835	7.443	59.966
2.02	Passivo Não Circulante	2.136.614	1.740.860	730.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.623.227	1.265.814	262.369
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	97.797	143.227	189.127
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	97.797	143.227	189.127
2.02.01.02	Debêntures	1.525.430	1.122.587	73.242
2.02.02	Outras Obrigações	382.767	381.475	392.492
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	32	0	0
2.02.02.02	Outros	382.735	381.475	392.492
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições parcelados	350.639	364.820	374.562
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	15.380	16.655	17.930
2.02.02.02.06	Contas a pagar com Operações de Derivativos	16.716	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	108.074	91.726	75.444
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.074	91.726	75.444
2.02.04	Provisões	22.546	1.845	625
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.546	1.845	625
2.02.04.01.05	Provisão para contingências	6.826	1.242	625
2.02.04.01.06	Provisão de manutenção	15.720	603	0
2.03	Patrimônio Líquido	670.409	604.366	450.001
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	423.659	357.616	203.251
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	197.309	197.266	153.901
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	177.000	111.000	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.030.729	1.681.632	1.486.814
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-813.903	-578.435	-501.548
3.02.01	Custo de construção	-315.837	-117.334	-60.950
3.02.02	Provisão de manutenção	-30.078	-28.006	-11.398
3.02.03	Depreciação e amortização	-103.871	-89.582	-76.763
3.02.04	Custo da outorga	-189.637	-191.958	-180.517
3.02.05	Serviços	-81.179	-52.388	-80.610
3.02.06	Custo com pessoal	-59.778	-56.097	-52.118
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-13.635	-13.895	-13.266
3.02.08	Outros	-19.888	-29.175	-25.926
3.03	Resultado Bruto	1.216.826	1.103.197	985.266
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-103.613	-101.732	-87.841
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-103.011	-100.079	-88.777
3.04.02.01	Serviços	-47.225	-58.516	-48.087
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-19.880	-17.276	-19.757
3.04.02.03	Materiais, equipamentos e veículos	-2.810	-2.080	-2.474
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-3.163	-1.714	-2.065
3.04.02.05	Outros	-29.933	-20.493	-16.394
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.293	2.367	2.973
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.895	-4.020	-2.037
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.113.213	1.001.465	897.425
3.06	Resultado Financeiro	-117.086	-152.849	-147.500
3.06.01	Receitas Financeiras	52.132	12.501	13.254
3.06.02	Despesas Financeiras	-169.218	-165.350	-160.754
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	996.127	848.616	749.925
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-335.084	-284.751	-253.548
3.08.01	Corrente	-318.736	-268.469	-237.784
3.08.02	Diferido	-16.348	-16.282	-15.764
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	661.043	563.865	496.377

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	661.043	563.865	496.377
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,77739	3,22209	2,83644
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,77739	3,22209	2,83644

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	661.043	563.865	496.377
4.03	Resultado Abrangente do Período	661.043	563.865	496.377

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	760.653	700.026	513.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	951.767	868.052	761.438
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	661.043	563.865	496.377
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.348	16.282	15.764
6.01.01.03	Apropriação de despesa antecipadas	4.727	4.727	4.727
6.01.01.04	Depreciação e amortização	107.034	91.296	78.828
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	1.895	3.476	481
6.01.01.06	Baixa do ativo intangível	0	544	1.576
6.01.01.07	Juros e var.monet.s/debêntures, emprést.e financ.	128.614	135.831	99.284
6.01.01.08	Juros sobre impostos parcelados	22.770	27.747	40.267
6.01.01.11	(Reversão) provisão devedores duvidosos	-293	190	-606
6.01.01.12	Provisão para contingências	7.636	617	2.204
6.01.01.13	Constituição da provisão de manutenção	30.078	28.006	11.399
6.01.01.14	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	823	3.850	17.756
6.01.01.15	Capitalização de custos dos empréstimos	-17.381	-8.379	-6.619
6.01.01.16	Resultado de operações com derivativos	-11.527	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-191.114	-168.026	-247.713
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.115	-1.797	-401
6.01.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	-11.925	-5.267	-16.549
6.01.02.03	Tributos a recuperar	2.772	329	9.591
6.01.02.04	Despesas antecipadas	0	1.403	-3.123
6.01.02.05	Despesas antecipadas outorga fixa	-122.684	-114.445	-105.201
6.01.02.06	Outras contas a receber	1.307	-659	3.581
6.01.02.07	Fornecedores	-25.167	-12.061	-12.882
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	-5.463	-172	-5.910
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	806	2.829	-1.719
6.01.02.10	Imp.e contrib.recolher e parcel.e prov. IR/CS	-2.684	46.708	-19.819
6.01.02.11	Liquidação de contingências	0	0	-4.103
6.01.02.12	Obrigações com o poder concedente	-1.974	-404	25.492

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-21.392	-83.776	-126.537
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-3.773	-714	9.867
6.01.02.15	Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdênciaários	-2.052	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.127	-171.881	-82.853
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-20.215	-47.454	-25.766
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-258.912	-124.427	-57.087
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-426.934	-617.225	-369.902
6.03.04	Dividendos pagos	-595.000	-409.500	-913.749
6.03.05	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl. - captações	440.883	1.144.816	970.583
6.03.06	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl.-pagamentos de principal	-151.818	-1.224.454	-332.610
6.03.07	Emprést.,financ,debênt.e arrend.merctl-pagamento de juros	-118.545	-128.087	-94.126
6.03.08	Liquidação de Operações com Derivativos	-2.454	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	54.592	-89.080	60.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.900	129.980	69.010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	95.492	40.900	129.980

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-19.612	-575.388	0	-595.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	661.043	0	661.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	661.043	0	661.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	19.655	-19.655	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.659	177.000	0	670.409

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	203.251	0	0	450.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-153.901	-255.599	0	-409.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.865	0	563.865
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.865	0	563.865
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	197.266	-197.266	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	246.616	111.000	0	604.366

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	620.623	0	0	867.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.04.06	Dividendos	0	0	-571.273	-342.476	0	-913.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	496.377	0	496.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	496.377	0	496.377
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	153.901	-153.901	0	0
5.07	Saldos Finais	246.750	0	203.251	0	0	450.001

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.01	Receitas	2.175.280	1.811.056	1.604.580
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.150.692	1.787.489	1.583.786
7.01.02	Outras Receitas	24.588	23.567	20.794
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-539.182	-321.680	-256.043
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-112.794	-92.607	-117.546
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-80.473	-83.733	-66.148
7.02.04	Outros	-345.915	-145.340	-72.349
7.02.04.01	Custo de construção	-315.837	-117.334	-60.950
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-30.078	-28.006	-11.399
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.636.098	1.489.376	1.348.537
7.04	Retenções	-107.034	-91.296	-78.828
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-107.034	-91.296	-78.828
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.529.064	1.398.080	1.269.709
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.132	12.501	13.254
7.06.02	Receitas Financeiras	52.132	12.501	13.254
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.581.196	1.410.581	1.282.963
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.581.196	1.410.581	1.282.963
7.08.01	Pessoal	70.213	64.004	63.227
7.08.01.01	Remuneração Direta	50.476	43.905	43.934
7.08.01.02	Benefícios	15.403	16.054	15.449
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.659	2.521	2.381
7.08.01.04	Outros	1.675	1.524	1.463
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	490.688	424.612	383.385
7.08.02.01	Federais	397.489	339.999	306.411
7.08.02.02	Estaduais	166	185	159
7.08.02.03	Municipais	93.033	84.428	76.815
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	359.252	358.100	339.974
7.08.03.01	Juros	167.962	164.515	157.993
7.08.03.02	Aluguéis	1.653	1.626	1.464

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>
7.08.03.03	Outras	189.637	191.959	180.517
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	661.043	563.865	496.377
7.08.04.02	Dividendos	464.388	255.599	342.476
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	196.655	308.266	153.901

## Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, elaboradas de acordo com a legislação societária e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Discorre também sobre o trabalho que a CCR AutoBAN vem desenvolvendo dentro das suas concepções de buscar desafios e superar limites.

A Companhia, com sede localizada na cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, cujo objeto social é realizar, sob o regime de concessão, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, e desde 2010, também administra as pistas da marginal do rio Tietê em São Paulo, com responsabilidade pela manutenção dos trechos entre os quilômetros 4,4 e 1,7 da marginal direita (quando percorrida na direção do rio Pinheiros) e entre os quilômetros 1,1 e 4,4 da marginal esquerda (quando percorrida na direção da Rodovia Ayrton Senna). O escopo da Concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, construção do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes, serviços complementares, bem como os de apoio aos serviços complementares e não delegados, e atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão. A CCR AutoBAN acredita ser um dos mais estratégicos complexos de rodovias do Brasil em termos de localização geográfica, volume de tráfego e relevância econômica.

Neste exercício, a CCR AutoBAN continuou enfatizando o aprimoramento do seu modelo de gestão operacional, incorporando novas práticas nos processos de atendimento e na qualificação das pessoas, otimizando sua atuação no monitoramento, gerenciamento e comunicação com o foco do usuário, objetivando a melhoria contínua da segurança, da orientação, do conforto e da fluidez do tráfego do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, sempre em consonância com as melhores práticas ambientais.

Também no exercício de 2013 a CCR AutoBAN seguiu inovando, assim como ocorreu em 2012, acessando o mercado financeiro ao lançar debêntures incentivadas, através da Portaria nº 138 do Ministério dos Transportes, de 29 de agosto de 2013, com ampla distribuição junto a investidores pessoa física.

A CCR AutoBAN, em 2013 atuou nas seguintes obras de importância para sua região de atuação:

- SP348 - Implantação de 5ª faixa km 16,0 a 47,0 PN e PS
- SP330 - Implantação de Marginais Km 103+000 e Km 120+000
- SP330 - Implantação de 3ª fx Km120/147 - km120 ao128
- SP330 - Implantação de Marg. Km 86-92
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 62+000 ao km 76+000
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 18+000 ao km 25+000
- SP330 - Recuperação de pavimento
- Recuperação de OAE (Obras de Arte Especiais)

#### Investimentos

A CCR AutoBAN, desde o início da concessão, em maio de 1998, já investiu mais de R\$ 5,3 bilhões em obras nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes, na melhoria constante dos serviços prestados, em educação, para preparar o motorista de amanhã, em saúde, com programas voltados para os motoristas de caminhão, em segurança, nas melhorias das rodovias, dentre outras ações.

## Relatório da Administração

### Vidas Salvas

Durante os últimos 15 anos a CCR AutoBAN vem desenvolvendo um trabalho de engenharia, conservação, atendimento e educação no Sistema Anhanguera-Bandeirantes o que possibilitou a redução de 25,6% no índice de acidentes e 8,7% no índice de feridos. Nesse mesmo período o índice de mortes reduziu em 64,9% considerando a extensão da rodovia, o fluxo de veículos que transitaram e o número de dias do período.

### Centro de Controle Operacional

Em 2013, o Centro de Controle Operacional (CCO), registrou 237.825 atendimentos. Foram realizados 48.873 atendimentos pelos guinchos, 10.827 pelos resgates, 18.796 atendimentos de socorro mecânico, 157.822 pelos veículos de inspeção de tráfego. Atendimentos realizados por outros veículos (caminhão munck, apreensão de animal e irrigadeira) totalizaram 1.507.

### Atendimento Pré-Hospitalar

Atualmente, uma viatura de atendimento pré-hospitalar chega ao local do acidente em torno de 7'39" minutos, e o guincho, em 16'46" minutos (tempos em 85% dos casos).

### Cenário Econômico

Em 2013, a aplicação da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos, refletiu diretamente no crescimento do tráfego, com incremento de 10,93% nos eixos equivalentes da categoria comercial:

Eixos Equivalentes		Mil	
<i>Categoria</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Variação</i>
<b>Passeio</b>	<b>116.925</b>	<b>122.025</b>	<b>4,36%</b>
<b>Comercial</b>	<b>137.589</b>	<b>152.631</b>	<b>10,93%</b>
<b>Total</b>	<b>254.514</b>	<b>274.656</b>	<b>7,91%</b>

### Tráfego consolidado (+7,91%)

O tráfego consolidado apresentou um crescimento de 7,91% sobre o ano de 2012.

### Veículos de passeio (+4,36%)

A categoria apresentou crescimento de 4,36% em 2013 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Alguns feriados, como o do Dia da Independência, apresentaram bons resultados para seu período correspondente de dias.

Certos fatores econômicos influenciaram o desempenho da categoria, como o valor médio dos combustíveis, gasolina e álcool, que por um período do ano de 2013 ficou sem sofrer reajuste. O uso da rodovia como deslocamento para lazer nos finais de semana intensificou-se em comparação com o observado no ano de 2012.

### Veículos comerciais (10,93%)

A categoria apresentou crescimento de 10,93% em 2013 comparado com o ano anterior. O fator mais relevante para o crescimento dos eixos comerciais foi o início da cobrança dos eixos suspensos, iniciada em julho de 2013.

## Relatório da Administração

A movimentação de cargas relacionadas ao agronegócio impulsiona o cenário econômico e favorece a categoria comercial principalmente no transporte de produtos como o açúcar, milho e a soja, os quais figuram como principais produtos do agronegócio transportados com destino ao porto de Santos.

### Reajustes de tarifas de pedágio

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas em 1º de julho de cada ano. A tarifa-básica de pedágio é reajustada de acordo com a fórmula disposta no Contrato de Concessão. No caso da CCR AutoBAn, a fórmula de correção corresponde a 100% do IGP-M. No entanto, em 2011 foi formalizada, por meio do Termo Aditivo Modificativo nº 25, a alteração do índice de reajuste contratual para IPCA. Contudo ainda em 2012, o reajuste das tarifas de pedágio foi realizado pelo IGP-M de acordo com determinação da ARTESP.

Em 2013, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGPM (Fundação Getulio Vargas) e definir várias medidas de compensação de seu impacto pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago aos Estados para fins de fiscalização de contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado caso necessário.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas, até o fim do exercício de 2013, as seguintes medidas: (i) o Secretário Estadual de Logística e Transportes editou a Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% (equivalente a 50%) do ônus variável referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Ainda sobre o ônus variável, em 14 de dezembro de 2013 o Conselho Diretor da ARTESP autorizou a continuidade do desconto aqui citado por tempo indeterminado.

### A nossa estratégia tem sido:

*Melhorar a Arrecadação.* Trabalhar continuamente na melhoria da base de arrecadação e no acompanhamento de mutações de tráfego, monitorando a utilização de rotas de fuga, e quando necessário, a negociação com as Prefeituras para inibir o tráfego predatório nas respectivas cidades e, avaliando inclusive a possibilidade de implantação de cabines de bloqueio e de delimitação e proibição de tráfego pesado no centro expandido do município. Também atuamos no apoio para atração de atividades que incrementem a economia local e que contribuam para a elevação do fluxo de veículos pelas das rodovias, como a implantação de Centros de Distribuição de grandes atacadistas.

*Maximizar Eficiências Operacionais.* Estamos maximizando a utilização do sistema eletrônico de cobrança de pedágio, por meio da implantação de novas tecnologias relacionadas à leitura de eixos, controles operacionais e sistemas de comunicação, além do constante aprimoramento das técnicas de atendimento aos usuários.

*Explorar e Desenvolver Oportunidades.* Exploramos e desenvolvemos oportunidades, tais como: (a) aluguel de dutos para fibras óticas para companhias de telecomunicações; (b) cobrança de ocupação de faixa de domínio de tubulações de óleos, gás, água e energia elétrica; (c) viabilização de implantação de empresas que utilizarão o Sistema Anhanguera-Bandeirantes para acessos comerciais, industriais ou particulares a suas instalações; (d) acompanhamento e monitoramento de cargas especiais; (e) Controle e regularização de painéis (outdoors / totens) ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes (fora da faixa de domínio). Tais receitas complementares representam 1,32% da receita operacional bruta total.

## Relatório da Administração

Toda a estratégia vem acompanhada das melhores práticas ambientais e de sustentabilidade.

### *Riscos de Mercado:*

Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

### *Risco de taxas de juros e inflação:*

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros e de inflação incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta à taxas de juros flutuantes ou índices de inflação, principalmente relacionadas à (1) CDI e IPCA relativo às debêntures da primeira e da segunda série de sua quarta emissão, respectivamente;

(2) IPCA relativo às debêntures da quinta emissão; (3) TJLP relativos aos empréstimos em reais; (4) IGP-M relativo ao ônus da Concessão; (5) IPCA relativo à tarifa básica de pedágio.

Em 31 de dezembro de 2013, o endividamento financeiro da Companhia totalizou aproximadamente R\$1.716.099 mil. Deste total, 8,4% está atrelado à TJLP, 56,5% ao CDI, 33,5% ao IPCA, 1,6% ao IGP-M. Considerando que a maioria das remunerações refere-se a indicadores econômicos flutuantes, a Companhia está sujeita a efeitos adversos caso quaisquer dos referidos indicadores sofra um aumento relevante. Por outro lado, está exposta a risco adverso relacionado à atualização da tarifa básica de pedágio, caso o IGP-M sofra redução relevante.

### *Resultados Operacionais*

#### **1. Desempenho Econômico-Financeiro**

##### *2.1 - Receitas*

A quase a totalidade das receitas advém da cobrança de pedágios. As outras fontes de receitas incluem publicidade, manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e uso da faixa de domínio.

Os fatores que influenciam a receita operacional são o volume e classes de Veículos Pedagiados, e as tarifas de pedágio. No exercício de 2013, 98,7% da receita adveio do pagamento das tarifas de pedágio e 1,3% resultou de outras atividades.

A receita operacional bruta aumentou R\$166,4 milhões em relação a 2012:

R\$ mil

	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>Crescimento</i>
<b>Receita de Pedágio</b>	R\$ 1.670.155	R\$ 1.834.855	9,9%
<b>Receita Acessória</b>	R\$ 23.567	R\$ 24.588	4,3%

O número total de Veículos Pedagiados no Sistema Anhanguera-Bandeirantes aumentou de 156 milhões em 2012 para 162 milhões em 2013.

## Relatório da Administração

O reajuste das tarifas é feito pela variação do IGP-M entre os meses de maio e junho de cada ano e aplicados a partir do dia 1 de julho. A partir de 2013 o reajuste das tarifas passou a ser feito pela variação do IPCA, havendo reequilíbrio econômico-financeiro em caso de a variação do IGPM for inferior ao IPCA. Em 2013 a variação do IGP-M ocorrida para o período de reajuste foi de 6,21%, porém conforme as notícias veiculadas pela imprensa, o Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas previstos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. Como medida de reequilibrar o Contrato nesse item, o Conselho Diretor da ARTESP deliberou: (i) a utilização de até 50% do valor de 3% previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário.

### 2.2 – Deduções da Receita Bruta.

Os tributos incidentes sobre a receita são:

- ISS, cuja alíquota varia de um município para outro, até o limite de 5% sobre a receita operacional bruta;
- PIS, cuja alíquota praticada atualmente equivale a 0,65% todas as receitas; e
- COFINS, cuja alíquota praticada atualmente equivale a 3% de todas as receitas.

Em 2013, foram recolhidos aos cofres dos municípios de Cordeirópolis, Franco da Rocha, Jundiaí, Nova Odessa, Campinas, Itupeva, Caieiras, Americana, Osasco, Sumaré, Santa Bárbara d'Oeste, Hortolândia, Louveira, Valinhos, Vinhedo, Cajamar, Limeira e São Paulo o montante de R\$ 92,9 milhões, relativos ao ISS sobre receitas de pedágio e receitas acessórias.

### 2.3 - Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados é composto por:

- depreciação e amortização, que são computados com base na vida útil dos investimentos nas rodovias, limitados ao prazo da concessão;
- custo de construção, que é o valor dos investimentos realizados na rodovia, classificados como “intangível”;
- provisão de manutenção, que é o valor apropriado das futuras intervenções na rodovia para manter a qualidade e operacionalidade previstas no Contrato de Concessão;
- custos das outorgas pagos ao Poder Concedente, cujo montante em 2013 foi de R\$ 278,3 milhões, que incluem tanto valores fixos como variáveis relativos à receita operacional bruta, excluídas as receitas financeiras; e
- outros custos, seguro, aluguel, viagens, eletricidade, telecomunicações e água.
- custos com pessoal, que corresponde ao efetivo operacional para a prestação de serviços na Rodovia.

### 2.4 - Despesas Administrativas

As despesas administrativas são compostas primordialmente por salários e outros benefícios concedidos à administração e operação. O principal fator de influência nessa despesa é o número de funcionários.

## Relatório da Administração

### 2.5 - Juros e Outras Despesas Financeiras

Os juros consistem primordialmente nos encargos financeiros decorrentes do endividamento, que são contratados em regime de taxas flutuantes e variam em função do nível de endividamento e/ou das taxas de juros.

A tabela a seguir indica as taxas de juros incidentes sobre das dívidas:

<i>Tipo</i>	<i>Dívida</i>	<i>Taxa</i>
<b>IGPM</b>	<b>Debêntures</b>	<b>IGP-M + 10,65%</b>
<b>TJLP</b>	<b>BNDES</b>	<b>TJLP + 2,12%</b>
<b>CDI</b>	<b>Debêntures</b>	<b>109%</b>
<b>IPCA</b>	<b>Debêntures</b>	<b>IPCA+2,71%</b>
<b>IPCA</b>	<b>Debêntures</b>	<b>IPCA+4,88%</b>

### 2.6 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras são geralmente compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, usualmente em CDI, que realizados com os saldos de caixa, e, assim, variam em função do volume de recursos aplicados e das taxas de juros.

### 2.7 – Investimentos em obras

Os investimentos acumulados até 31 de dezembro de 2013 totalizaram mais de R\$ 5,3 bilhões em valores de hoje. Em 2013, entre diversas obras e melhorias, destacam-se:

- SP348 - Implantação de 5ª faixa km 16,0 a 47,0 PN e PS
- SP330 - Implantação de Marginais Km 103+000 e Km 120+000
- SP330 - Implantação de 3ª fx Km120/147 – km 120 ao 128
- SP330 - Implantação de Marg. Km 86-92
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 62+000 ao km 76+000
- SP330 - Implantação de 3ª faixa km 18+000 ao km 25+000
- SP330 - Recuperação de pavimento
- Recuperação de OAE (Obras de Arte Especiais)

### 2.8 – Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor dos financiamentos era de R\$ 1.716 milhão.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em dezembro de 2013:

<i>Dívida</i>	<i>% Endividamento</i>
<b>BNDES</b>	<b>8,4%</b>
<b>Debêntures</b>	<b>91,6%</b>

## Relatório da Administração

Os contratos de financiamento impõem restrições à distribuição de dividendos atrelados aos índices que medem a qualidade de crédito da Companhia. Além das restrições sobre a distribuição de dividendos e outras distribuições ou recompras de ações, os contratos impõem limitações para criação de direito real sobre ativos, captação de novas dívidas e realização de operações entre partes relacionadas em bases não equitativas.

### 2. Pessoal

Em 31 de dezembro de 2011, 2012 e 2013, a concessionária contava respectivamente com 1.307, 1.321 e 1.263 colaboradores em tempo integral. A tabela a seguir contém dados consolidados referentes aos colaboradores:

<i>Categoria</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>
<b>Administração</b>	<b>155</b>	<b>147</b>	<b>174</b>
<b>Operação</b>	<b>1.152</b>	<b>1.174</b>	<b>1.151</b>
<b>Total</b>	<b>1.307</b>	<b>1.321</b>	<b>1.325</b>

A concessionária mantém vínculo sindical com o Sindicato dos Empregados nas Empresas Concessionárias no Ramo de Rodovias e Estradas em Geral do Estado de São Paulo.

Não houve greve e nenhuma paralisação das atividades nos últimos anos. Não há atualmente nenhuma reivindicação trabalhista relevante pendente contra nós, no tocante às relações com o sindicato. O reajuste salarial para o período 2012/2013 foi de 5,5%. O salário normativo da categoria é de R\$ 831,60 (oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

A concessionária confere aos Colaboradores, nos termos de política de benefícios, plano de previdência privada pela CCR Prev VGBL, administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. e outros benefícios sociais como programas de auxílio suplementares ao bem estar social desses e de seus dependentes legais. Esses programas estão em conformidade com as práticas de mercado, exigências legais e acordo coletivo.

Não há plano de opção de compra de ações na concessionária.

Os programas da CCR AutoBAn relacionados à Segurança e Medicina do Trabalho (PCMSO e PPRA) estão em conformidade com a legislação.

### 3. Redução de Acidentes

Em 2013 foi registrada uma redução de 64,9% no índice de vítimas fatais em relação ao período anterior à concessão.

Demonstrando sua preocupação com a preservação da vida, a CCR AutoBAn continua realizando ações para a superação desses índices, dentre as quais destacam-se:

- Programa de Educação para o Trânsito, onde cerca de 50 mil alunos da rede pública de 16 municípios, situados ao longo do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, recebem as primeiras noções sobre trânsito e direção responsável.

## Relatório da Administração

- Programa de Redução de Acidentes – PRA, que é realizado através da análise dos acidentes, verificando-se as causas e estabelecendo ações para minimizar as ocorrências.

### 4. Atendimento ao Usuário

O SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), com suas equipes e viaturas em atuação 24 horas por dia, atingiu aproximadamente 658 mil atendimentos, contribuindo para a melhoria contínua da segurança dos usuários, assim distribuídos em 2013:

Inspeção de Tráfego	155.875
Pré-Hospitalar	10.875
Remoção de Veículos	70.817
Irrigadeira e Apreensão de Animais	1.534
Apoio Operacional	10.597
Disque CCR AutoBAn 0800 555550	<u>407.973</u>
<b>TOTAL</b>	<b>657.671</b>

Além dos atendimentos do SAU (Serviço de Atendimento ao Usuário), em 2013 registramos mais de 11,7 mil ligações na Ouvidoria e mais de 755 mil acessos ao site, o que, de modo geral, representou em 2013 um atendimento a cada 22 segundos.

O sistema de monitoramento de tráfego, operado com 96 câmeras de TV, interligadas por redes de fibras óticas ao CCO (Centro de Controle Operacional), cobrem 91,6% do sistema rodoviário. Aliado ao sistema de câmeras, telefone 0800 (Disque CCR AutoBAn 24 horas 0800 555550), o sistema de telefonia de emergência, CallBox, instalado a cada quilômetro das rodovias, ao sistema analisador de tráfego com a efetiva atuação da inspeção de tráfego, estações meteorológicas, painéis de mensagens variáveis e demais equipes e parceiros, permite acionar com maior rapidez os recursos da Concessionária, da Polícia Militar Rodoviária (PMRv), da CETESB, da Defesa Civil e dos Bombeiros, contribuindo de forma ágil ao atendimento das diversas situações registradas diariamente nas rodovias.

### 5. Política Ambiental

A CCR AutoBAn está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais, de acordo com as três esferas governamentais: municipal, estadual e federal.

No intuito de manter e operar rodovias no Brasil, as administradoras de rodovias devem seguir procedimentos administrativos relativos à concessão de licenças ambientais. A construção, preparação, operação e ampliação dos estabelecimentos e atividades que poluam ou que possam vir a poluir, bem como aquelas que, de qualquer forma, possam causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão competente. As licenças estabelecem as condições, restrições e medidas de fiscalização aplicáveis ao empreendimento, devendo ser periodicamente renovadas.

A CCR AutoBAn tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, quer sejam medidas de monitoramento, compensatórias e/ou mitigadoras.

### 6. Responsabilidade Social

#### Programa Estrada para a Cidadania

Desenvolvido nos municípios de Americana, Caieiras, Cajamar, Cordeirópolis, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itupeva, Hortolândia, Louveira, Monte Mor, Nova Odessa, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, abrange 270 escolas e um público de 50 mil alunos de 4º e 5º ano, além de 3 mil professores do ensino fundamental das escolas municipais. Tem como objetivo conscientizar para o respeito à vida, a preservação do meio ambiente, e formar pedestres e futuros motoristas mais conscientes de

## Relatório da Administração

suas responsabilidades. Por meio das atividades realizadas dentro e fora das salas de aulas, os alunos são estimulados a transmitir os valores aprendidos à família e à comunidade.

### Programa Estrada para a Saúde

Atenta às dificuldades do caminhoneiro para cuidar da saúde e aos riscos de acidentes decorrentes de problemas como o sono e a automedicação, a CCR AutoBAN lançou o Programa Estrada para a Saúde em agosto de 2006. Em um moderno Centro de Atendimento de 260 m<sup>2</sup> instalado na Área de Descanso do Caminhoneiro, no km 56 da pista sentido interior-capital da Rodovia dos Bandeirantes (SP-348), junto ao Posto de Serviços Graal, na região de Jundiaí, o Programa oferece atendimentos gratuitos diários, de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 21h00, facilitando e estimulando o comparecimento dos motoristas que podem escolher o dia e horário mais adequado. No local, o caminhoneiro pode fazer exames de tipagem sanguínea, fator Rh, glicemia, triglicérides, colesterol e pressão arterial, acuidade visual, cálculo de IMC, circunferência abdominal e cuidar da saúde bucal (tratamentos odontológicos preventivos, limpezas e restaurações), além de usufruir de outros serviços como corte de cabelo, massagem bioenergética, cuidados com os pés (podologia) e utilizar a internet. Entre agosto de 2006 e dezembro de 2013 o Programa realizou cerca de 72 mil atendimentos, oferecendo acompanhamento contínuo aos profissionais do volante, com orientações preventivas (distribuição de folhetos educativos) para melhorar a qualidade de vida e bem-estar. O projeto tem parceria com a Rede Graal e a Interodonto.

### CMDCA Jundiaí

Com o intuito de apoiar projetos que beneficiem crianças e adolescentes da região de atuação da Concessionária, a CCR AutoBAN apoia as ações do CMDCA Jundiaí. A destinação beneficia 13 instituições e 16 projetos. Instituições beneficiadas: ABCJ, Amarati, Aprendizado Dom José Gaspar, Lê Aruandê, Associação Educadora Beneficente, Associação Lar do Caminho, Ateal, Cáritas Diocesana de Jundiaí, Casa da Criança Nossa Sra. do Desterro, CEDECA, FAACG, Lar Anália Franco e PAIM.

### Projeto guri

Busca promover a inclusão sociocultural de jovens por meio do ensino musical, oferecendo, gratuitamente, aulas de instrumentos de corda, sopro, percussão e canto coral para crianças e adolescentes. A CCR AutoBAN tem parceria com a Associação Amigos do Projeto Guri dos polos Jundiaí, Campinas, Vinhedo, Sumaré, Nova Odessa e Cordeirópolis. O público beneficiado é de aproximadamente 1.200 crianças e adolescentes, entre 6 e 18 anos.

### Projeto basquete – treinando para a vida

O projeto oferece aulas de basquete tendo como vertentes o “ser, conviver, conhecer e fazer”. Uma forma de despertar a autoestima, a atuação em grupo, a convivência familiar e a valorização da vida por meio da prática esportiva. A parceria com o Instituto Barrichelo Kanaan beneficiou os núcleos de Itupeva e Perus, que abrange um público de 200 crianças, entre 7 e 14 anos.

### Rugby Jundiaí

O projeto contribui com a formação e o resgate de valores por meio dos princípios do rugby: respeito mútuo, cooperação, lealdade, amizade e disciplina. Além disso, contribui para popularizar o rugby e democratizar a prática do esporte. Com núcleo em Jundiaí, o projeto beneficiou 20 crianças, de 8 a 12 anos.

### Atletismo para todos

A iniciativa do Instituto Vanderlei Cordeiro de Lima oferece a prática lúdica do atletismo aliada a atividades educativas, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento individual dos alunos e promovendo valores como: respeito, disciplina, trabalho em equipe, integridade e responsabilidade. O projeto beneficia cerca de 200 crianças, de 6 a 18 anos, de comunidades de Campinas.

### Orquestra sinfônica Limeira

Com o apoio à Sociedade Pró-Sinfônica de Limeira, músicos e jovens alunos da Escola Livre de Música são beneficiados. Com o objetivo da formação de um público de concerto, a orquestra executa um repertório eclético que vai do barroco até a música popular brasileira, passando pelos principais compositores da música erudita. Para formar novos músicos a orquestra oferece, através de sua Escola Livre de Música,

## Relatório da Administração

curiosos gratuitos nas áreas de cordas, sopros, percussão, viola caipira e coro para 700 alunos. A orquestra realiza durante o ano sua temporada oficial no Teatro Vitória, além de concertos didáticos em bairros e outras cidades da região. Atualmente conta 60 profissionais, dando não só oportunidade a músicos da região como também contando com a presença de solistas de renome nacional e internacional.

### **Buzum**

Buzum é um projeto itinerante de teatro infantil que acontece dentro de um ônibus adaptado. Em 2013 o projeto percorreu os municípios do Sistema Anhanguera-Bandeirantes com o espetáculo “Mundo Português”, beneficiando 9.930 crianças da rede pública de ensino com idade entre 5 e 10 anos, das cidades de: Cajamar, Caieiras, Franco da Rocha, Várzea Paulista, Jundiaí, Louveira, Itupeva, Limeira, Cordeirópolis, Campinas, Hortolândia, Sumaré, Valinhos, Vinhedo, Nova Odessa, Santa Bárbara D’Oeste e Americana, além das sub-prefeituras de Perus e Pirituba.

### **Teatro a bordo**

O Teatro a Bordo é um projeto que leva arte, cultura e diversão para os municípios, dentro de um contêiner. Além de espetáculos infantis e adultos, o público pode participar de oficinas de reciclagem e exibições de filmes. Em 2013, as apresentações foram em Valinhos, Limeira e Cordeirópolis e contou com um público de 3.500 pessoas.

### **Luxo do lixo**

Com foco na educação ambiental, o espetáculo teatral - que utiliza a técnica clown - conscientiza crianças da rede pública de ensino sobre a importância da preservação do meio ambiente, sustentabilidade e consumo consciente e reciclagem de lixo. Realizado em Caieiras, Cajamar e nas sub-prefeituras de Perus e Pirituba, o projeto beneficiou cerca de 2400 crianças da rede pública de ensino, com idade entre 5 e 10 anos.

### **Ópera rigoletto**

O espetáculo - uma das mais famosas obras do compositor italiano Giuseppe Verdi – foi realizado no Teatro Polytheama, em Jundiaí, com público de mais de mil pessoas. A iniciativa e produção é da Cia. Ópera de São Paulo.

### **Pequeno dicionário amoroso**

Com o intuito de levar ações culturais de qualidade aos municípios lindeiros, a CCR AutoBAN patrocinou a temporada da peça Pequeno Dicionário Amoroso, no Teatro Brasil Kirin, em Campinas. Entre colaboradores e público em geral, o espetáculo foi prestigiado por cerca de 2.800 pessoas.

### **Concerto orquestra bachiana**

Com o intuito de levar ações culturais de qualidade aos municípios lindeiros, a CCR AutoBAN realizou em Campinas, na Estação Cultura, a apresentação gratuita da Orquestra Bachiana sob regência do maestro João Carlos Martins. Mais de mil pessoas assistiram ao espetáculo.

### **Salão internacional do humor de piracicaba**

A CCR AutoBAN é uma das patrocinadoras do Salão Internacional do Humor de Piracicaba e do Salãozinho. Neste ano, com foco no trânsito seguro, a Concessionária marcou sua presença por meio de painéis com o tema “Cuidando do seu caminho”. Para o público infantil, a CCR AutoBAN proporcionou oficinas de desenho e caricatura. O Salão do Humor aconteceu de 24 de agosto a 20 de outubro de 2013, no Parque Engenho Central de Piracicaba, e reuniu mais de 80 mil pessoas.

### **Estrada para a casa**

A CCR AutoBAN iniciou, em maio de 2008, o programa Estrada para Casa, que visa ajudar as crianças desaparecidas a reencontrar o caminho do lar, por meio da divulgação de suas fotos no verso do recibo de pedágio. Em parceria com a ONG Mães em Luta são selecionadas as fotos das crianças e divulgadas junto com o telefone da ONG: (11) 3224-0935. As imagens no verso do recibo de pedágio da CCR AutoBAN estão impressas horizontalmente, de forma a que sempre uma criança seja identificada na totalidade (sem corte de imagem). Atualmente, pelo menos 200 mil usuários do Sistema Anhanguera-Bandeirantes recebem diariamente uma foto.

## Relatório da Administração

### Na mão certa

O programa é apoiado pelo Grupo CCR que, ao lado de outras grandes empresas, líderes em seus setores de atuação, decidiu abraçar uma causa extremamente delicada: o combate à exploração sexual de menores. O Programa Na Mão Certa, idealizado pelos institutos Childhood e Ethos, quer mobilizar toda a sociedade civil em prol da causa. Estão sendo adotadas diversas estratégias para a busca de soluções mais eficazes, como a criação de um Pacto Empresarial, além de ações voltadas especificamente para os caminhoneiros.

### Guardiões da mata

Por meio da parceria com a Associação Mata Ciliar, o projeto busca encaminhar todo animal silvestre resgatado com vida nas rodovias Anhanguera e Bandeirantes à Associação Mata Ciliar para ser reabilitado e reintegrado à natureza. Ao cumprir seu papel socioambiental na região onde atua com a parceira no Projeto Guardiões da Mata, a CCR AutoBAN foi certificada como EMPRESA VERDE e recebeu o SELO MATA CILIAR DE GUARDIÕES DA BIODIVERSIDADE da Associação Mata Ciliar.

### Ações de voluntariado:

#### Voluntários da vida

Sensibilizada com a importância da doação voluntária de sangue, a CCR AutoBAN iniciou o Programa Voluntários da Vida em abril de 2006. Uma pesquisa realizada com os 1.162 colaboradores da Concessionária revelou que mais de 50% deles desejavam serem doadores regulares de sangue, o que motivou a criação do programa de responsabilidade social.

O objetivo do programa é contribuir com os hemocentros e bancos de sangue da região do Sistema Anhanguera-Bandeirantes, no abastecimento de seus estoques, para beneficiar os pacientes da rede hospitalar. Além disso, orienta e incentiva os colaboradores internos da CCR AutoBAN e das empresas do Grupo CCR (Actua, Engelog e Engelogtec) a serem doadores voluntários de sangue. Cada bolsa beneficia diretamente até três pacientes que precisem de transfusão. Desde que foi lançado, o Programa já ajudou mais de 9 mil pacientes. São parceiros na ação a Colsan Jundiá e o Hemocentro da Unicamp. Em 2013 participaram 360 doadores, beneficiando 1.080 pessoas.

#### Campanha do agasalho

Anualmente a Concessionária realiza a Campanha do Agasalho com o intuito de estimular os colaboradores a exercitarem a cidadania por meio da doação de roupas e agasalhos e beneficiar famílias carentes dos municípios lindeiros. Em 2013 a campanha arrecadou 23.209 peças que foram doadas para instituições de 16 municípios.

#### Natal em dobro

A campanha Natal em Dobro, que acontece anualmente, visa estimular os colaboradores a exercitarem a solidariedade por meio da doação de alimentos e beneficiar instituições que apoiam famílias carentes dos municípios lindeiros. A Concessionária dobra essa quantidade e promove a doação a instituições da região, escolhidas pelos próprios colaboradores. Em 2013 a campanha arrecadou, entre doações dos colaboradores e da Concessionária, 11mil kg de alimentos, entregues a instituições de municípios do Sistema Anhanguera-Bandeirantes.

## 7. Dividendos

Em 2013, em conformidade com as exigências contratuais com o Poder Concedente, com as instituições financeiras e com a aprovação pela Assembléia Geral Ordinária, a CCR AutoBAN distribuiu dividendos em outubro. O total dos dividendos distribuídos foi de R\$ 595.000.000,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões de reais).

## 8. Reconhecimentos

A Concessionária tem se destacado pela sua excelência na prestação de serviços, e por isso conquistou dentre outros os seguintes prêmios:

## Relatório da Administração

- Pelo 8º ano consecutivo a Rodovia dos Bandeirantes foi considerada a “Melhor Rodovia do País” pelo Guia 4 Rodas;
- “Melhor Concessionária”, conquistado pela 8ª vez, conferido pela NTC & Logística – Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística;
- Pelo 5º ano a Rodovia dos Bandeirantes ganhou 1º lugar no Prêmio da Confederação Nacional dos Transportes. Em 2013 a Via Anhanguera ganhou o 2º lugar;
- Pelo 9º ano a CCR AutoBAn ganhou o Prêmio “Marcas de Sucesso” do Correio Popular.

### 9. Instrução CVM 381/03

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

No relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

### 10. Agradecimentos

A CCR AutoBAn agradece a todos os usuários do sistema rodoviário que administramos, aos Acionistas pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da empresa, ao Governo do Estado de São Paulo e a ARTESP, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Militar Rodoviária pela parceria desenvolvida.

Agradecemos também aos nossos Colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

*A Administração.*

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede esta localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de dezembro de 2026, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira. (a)
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124. (b)
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira. (b)
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba. (a)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21. (a)
  - Recuperação do trevo do km 62. (a)
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira. (a)
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas. (b)
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20. (a)

a) Obras concluídas.

b) Obras divididas em trechos que estão sendo realizadas conforme previstos no contrato de concessão.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

### Outras informações relevantes

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 053.02.022800-0, ajuizada em 28 de fevereiro de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAn e outros, visando à declaração de

## Notas Explicativas

nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os Requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o Juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAn apresentou recursos aos Tribunais Superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. A AutoBAn ainda não foi citada para contestar a ação.

### **Bens reversíveis**

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

## **2. Principais práticas contábeis**

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **a) Apuração do resultado**

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

### **b) Receitas de Serviços**

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias;

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços;

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

### **c) Instrumentos financeiros**

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

## Notas Explicativas

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício.

- Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

## Notas Explicativas

**Hedge de fluxo de caixa:** *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que (i) seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que (ii) possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de *hedge* de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

- Capital social – ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

### d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

### f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, de bens que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão-de-obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

## Notas Explicativas

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que ele se refere, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas nas notas explicativas nº11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

### *g) Ativo intangível*

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados.

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”.

### *h) Ativos arrendados*

- Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil que transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são caracterizados como de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor.

Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, conforme nota explicativa nº18.

### *i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda

## Notas Explicativas

ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, esta recuperação é registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

### ***j) Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### ***k) Provisão de manutenção - contratos de concessão***

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

## Notas Explicativas

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Para fins de cálculo do valor presente, a taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento.

### *l) Receitas e despesas financeiras*

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

### *m) Capitalização dos custos dos empréstimos*

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

### *n) Benefícios a empregados*

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

### *o) Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

## Notas Explicativas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior, além de outras alterações na legislação tributária. Os dispositivos da Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014, a ser regulamentada pela Receita Federal do Brasil. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos da nova norma e aguarda sua regulamentação, para então optar pela data de adoção e a sua conversão em lei. No melhor entendimento da Administração, baseado na opinião de nossos assessores jurídicos, não se espera impactos materiais nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração.

### ***p) Resultado por ação***

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

### ***q) Direito da concessão***

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia adota a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar (divulgado na nota explicativa nº 25) ao Poder Concedente, sob o entendimento dos contratos de concessão por serem contratos executórios. Nos contratos de concessão a relação entre as partes é continuada, havendo obrigações recíprocas a ser cumpridas ao longo de toda a concessão, sendo que o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato.

## Notas Explicativas

Neste tipo de contrato, tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

### *r) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (RI)*

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

### *s) Demonstrações do valor adicionado*

Foram elaboradas demonstrações do valor adicionado (DVA) da Companhia, nos termos do CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas

### t) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas até 31 dezembro de 2013 pelo International Accounting Standards Board – IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee – IFRIC, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração	(b)
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição	(b)
Modificações a IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27	Introduz novas exigências de divulgação a entidades de investimento	(a)
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de ativos e passivos financeiros	(a)

- (a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014; e  
 (b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Adicionalmente, os pronunciamentos e as interpretações emitidos pelo IASB e IFRIC, respectivamente, listados a seguir, entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros. Estabelece a divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros.	(a)
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações financeiras consolidadas, negócios em conjunto e divulgações de participações em outras entidades: guia de transição.	(a)
IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC - 12.	(a)
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “joint ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional.	(a)
IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	(a)
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização entre outros.	(a)
IFRS 13 - Valor justo	Estabelece em um único IFRS a estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações sobre o mesmo.	(a)
IAS 19 - Benefícios a empregados	Fornecer aos investidores e outros usuários das demonstrações financeiras uma idéia mais clara das obrigações atuais e futuras da empresa, decorrentes de planos de benefícios definidos e como essas obrigações afetarão a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa.	(a)
IAS 27 (R) e IAS 28 (R) - Modificações	Modificações para equalização com as IFRS 10, 11 e 12.	(a)

## Notas Explicativas

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

### 3. Apresentação demonstrações financeiras

#### *Declaração de conformidade*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aplicadas de maneira consistente.

Em 19 de fevereiro de 2014, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

#### *Base de mensuração*

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo através do resultado.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### *Uso de estimativas e julgamentos*

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

#### **Nota**

2	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC01 (R1)
7	Provisão para devedores duvidosos
8b	Impostos diferidos
11	Depreciação do ativo imobilizado
12	Amortização dos ativos intangíveis
17	Provisão para riscos
18	Classificação de arrendamento mercantil
19	Provisão de manutenção
23	Instrumentos financeiros

### 4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

## Notas Explicativas

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e de divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

#### Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxas de juros e inflação; e
- Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

#### a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

#### b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da TJLP e CDI relativos aos empréstimos em reais, (2) IGP-M, CDI e IPCA relativo às debêntures e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13 e 14.

#### c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro abaixo representa os passivos financeiros não derivativos (valores brutos dos custos de transação), por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

**Notas Explicativas**

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 3 anos</b>	<b>Entre 3 e 4 anos</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis (a)	45.909	90.290	7.551	-
Debêntures (a)	37.340	120.625	958.374	456.010

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 122.860, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Caixas e bancos	4.701	7.575
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	90.791	33.325
	<u>95.492</u>	<u>40.900</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 99,56% do CDI, equivalente a 8,03% ao ano (8,31% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2012).

**7. Contas a receber**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias	2.934	3.390
Pedágio eletrônico – outros	4.254	4.913
	<u>7.188</u>	<u>8.303</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.337)	(1.630)
	<u>5.851</u>	<u>6.673</u>

(a) É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias.

**Idade de vencimentos dos títulos**

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Créditos a vencer	5.594	6.260
Créditos vencidos até 60 dias	224	302
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	33	111
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	79	80
Créditos vencidos há mais de 180 dias	1.258	1.550
	<u>7.188</u>	<u>8.303</u>

**Notas Explicativas****8. Imposto de renda e contribuição social****a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	996.127	848.616
<b>Alíquota nominal</b>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal</b>	(338.683)	(288.529)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas com brindes e associações de classe	(262)	(256)
Provisão para participação nos resultados	(471)	(414)
Despesas indedutíveis	(2.924)	(440)
Incentivos fiscais de dedução de imposto de renda	8.991	7.273
Outros ajustes tributários	<u>(1.735)</u>	<u>(2.385)</u>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<u>(335.084)</u>	<u>(284.751)</u>
Impostos correntes	(318.736)	(268.469)
Impostos diferidos	<u>(16.348)</u>	<u>(16.282)</u>
	<u>(335.084)</u>	<u>(284.751)</u>
<b>Alíquota efetiva de impostos</b>	<u><b>34%</b></u>	<u><b>34%</b></u>

## Notas Explicativas

### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Bases ativas</b>		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	80.339	90.184
Depreciação de obras registradas no custo (b)	37.270	31.358
Valor justo de operações de <i>hedge</i>	7.283	-
Constituição da provisão de manutenção (c)	5.969	2.736
Provisão para contingências	2.320	423
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD)	455	554
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.063	766
Outros	2.408	1.580
	<u><b>137.107</b></u>	<u><b>127.601</b></u>
<b>Bases passivas</b>		
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (d)	(173.773)	(163.518)
Custo de empréstimos capitalizados (e)	(57.749)	(54.980)
Valor justo de operação de <i>hedge</i>	(10.547)	-
Ganho nas operações de <i>hedge</i>	(1.490)	-
Pagamentos de juros e principal arrendamento mercantil e financeiro	(1.112)	(829)
Ajuste valor presente receita antecipada	(428)	-
Amortização do custo de transação	(82)	-
	<u><b>(245.181)</b></u>	<u><b>(219.327)</b></u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u><b>(108.074)</b></u>	<u><b>(91.726)</b></u>

- (a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item “a”, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (d) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras qualificadas como melhorias, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07;
- (e) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, conforme legislação contábil e societária atual – Lei 11.638/07.

**Notas Explicativas****9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão**

	<b>Início da concessão (1)</b>		<b>Extensão do prazo da concessão (2)</b>			
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>Início da concessão (1)</b>		<b>Total</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>	<u>4.727</u>	<u>4.727</u>				
<b>Não Circulante</b>	<u>56.724</u>	<u>61.451</u>	<u>696.057</u>	<u>573.373</u>	<u>752.781</u>	<u>634.824</u>

(1) A Companhia efetuou pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão às indenizações de contratos sub-rogados, que foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado durante o período de concessão.

(2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativada e será apropriada ao resultado no período de extensão das concessões.

**10. Partes relacionadas**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	<b>Transações</b>			<b>Saldos</b>	
	<b>Serviços prestados</b>	<b>Receitas</b>	<b>Intangível</b>	<b>Ativo</b>	<b>Fornecedores</b>
				<b>Contas a receber</b>	<b>contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>					
CCR (a)	19.630	-	-	50	13
<b>Outras partes relacionadas</b>					
CPC (b)	34.303	-	-	85	1
Serveng Cívilsan (c)	-	-	63.545	-	13.050
CGMP (d)	9.647	-	-	107.778	-
Samm (e)	-	851	-	1.104	-
Total circulante, 31 de Dezembro de 2013	<u>63.580</u>	<u>851</u>	<u>-</u>	<u>109.017</u>	<u>13.064</u>
Total não circulante, 31 de Dezembro de 2013	-	-	63.545	-	32
Total, 31 de Dezembro de 2013	<u>63.580</u>	<u>851</u>	<u>63.545</u>	<u>109.017</u>	<u>13.096</u>
Total, 31 de Dezembro de 2012	<u>73.393</u>	<u>996</u>	<u>329</u>	<u>97.092</u>	<u>5.509</u>

**Notas Explicativas****Despesas com profissionais chave da administração**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração:		(Reapresentado)
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.402	1.304
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado	1.341	1.528
Previdência privada	182	168
Seguro de vida	6	5
	<u>2.931</u>	<u>3.005</u>

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remuneração dos administradores (f)	862	925

Na AGO realizada em 13 de abril de 2013, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.100, a qual não inclui os encargos sociais.

- Prestador de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos ao Grupo CCR;
- Prestador de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção ao Grupo CCR;
- Refere-se a contrato de prestação de serviços de obras para manutenção e conservação da Rodovia;
- Referem-se às receitas de pedágio eletrônico cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais serão repassados à Companhia no mês subsequente.
- Contrato para entrega futura de transmissão de dados em alta capacidade, através de fibras óticas; e
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração: Conselho de Administração (somente remuneração fixa), Diretoria Estatutária e Diretoria não Estatutária.

**11. Ativo Imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação %	2013			2012		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	4.741	(2.469)	2.272	4.412	(2.265)	2.147
Máquinas e equipamentos	15	35.751	(18.230)	17.521	28.019	(16.110)	11.909
Veículos	20	17.542	(11.442)	6.100	17.455	(10.810)	6.645
Sistemas operacionais	13	160.184	(77.186)	82.998	115.922	(64.668)	51.254
Imobilizações em andamento		16.122	-	16.122	56.524	-	56.524
		<u>234.340</u>	<u>(109.327)</u>	<u>125.013</u>	<u>222.332</u>	<u>(93.853)</u>	<u>128.479</u>

**Notas Explicativas****Movimentação do custo**

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	4.412	331	(134)	132	4.741
Máquinas e equipamentos	28.019	495	(1.920)	9.157	35.751
Veículos	17.455	-	(1.147)	1.234	17.542
Sistemas operacionais	115.922	351	(4.296)	48.207	160.184
Imobilizações em andamento	56.524	20.957	-	(61.359)	16.122
	<u>222.332</u>	<u>22.134</u>	<u>(7.497)</u>	<u>(2.629)</u>	<u>234.340</u>

  

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.859	868	(316)	1	4.412
Máquinas e equipamentos	25.662	2.950	(638)	45	28.019
Veículos	16.240	2.365	(802)	(348)	17.455
Sistemas operacionais	82.980	40.736	(7.806)	12	115.922
Imobilizações em andamento	48.707	4.607	(1.882)	5.092	56.524
	<u>177.448</u>	<u>51.526</u>	<u>(11.444)</u>	<u>4.802</u>	<u>222.332</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.919 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 4.072 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012). A taxa média de capitalização no exercício de 2013 foi de 5,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,83% a.a. em 2012.

**Movimentação da depreciação**

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.265)	(316)	112	-	(2.469)
Máquinas e equipamentos	(16.110)	(2.981)	861	-	(18.230)
Veículos	(10.810)	(1.475)	843	-	(11.442)
Sistemas operacionais	(64.668)	(16.304)	3.786	-	(77.186)
	<u>(93.853)</u>	<u>(21.076)</u>	<u>5.602</u>	<u>-</u>	<u>(109.327)</u>

  

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	(2.138)	(278)	151	-	(2.265)
Máquinas e equipamentos	(13.669)	(2.931)	490	-	(16.110)
Veículos	(10.121)	(1.371)	680	2	(10.810)
Sistemas operacionais	(61.445)	(9.870)	6.647	-	(64.668)
	<u>(87.373)</u>	<u>(14.450)</u>	<u>7.968</u>	<u>2</u>	<u>(93.853)</u>

(a) Reclassificações do ativo intangível para o imobilizado

## Notas Explicativas

### 12. Ativos Intangíveis

	Taxa média anual de amortização %	2013			2012		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direito de exploração da infraestrutura concedida	(a)	2.649.545	(606.531)	2.043.014	2.317.704	(522.148)	1.795.556
Direito de uso de sistemas informatizados	24	8.344	(4.585)	3.759	5.996	(3.666)	2.330
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	5.202	(3.016)	2.186	4.654	(2.360)	2.294
		<u>2.663.091</u>	<u>(614.132)</u>	<u>2.048.959</u>	<u>2.328.354</u>	<u>(528.174)</u>	<u>1.800.180</u>

(a) Amortização pela curva do benefício econômico

#### Movimentação do custo

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito de exploração da infraestrutura concedida	2.317.704	332.071	-	(230)	2.649.545
Direito de uso de sistemas informatizados	5.996	37	-	2.311	8.344
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.654	-	-	548	5.202
	<u>2.328.354</u>	<u>332.108</u>	<u>-</u>	<u>2.629</u>	<u>2.663.091</u>

  

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito de exploração da infraestrutura	2.196.615	126.646	(755)	(4.802)	2.317.704
Direito de uso de sistemas informatizados	4.344	1.652	-	-	5.996
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	4.218	436	-	-	4.654
	<u>2.205.177</u>	<u>128.734</u>	<u>(755)</u>	<u>(4.802)</u>	<u>2.328.354</u>

(a) Reclassificação do ativo Intangível para o ativo imobilizado

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 15.462 no exercício de 2013 (R\$ 4.307 no exercício de 2012) A taxa média de capitalização no exercício de 2013 foi de 5,99% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 7,83% a.a. em 2012.

#### Movimentação da amortização

	2012		2013		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito de exploração da infraestrutura	(522.148)	(84.383)	-	-	(606.531)
Direito de uso de sistemas informatizados	(3.666)	(919)	-	-	(4.585)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(2.360)	(656)	-	-	(3.016)
	<u>(528.174)</u>	<u>(85.958)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(614.132)</u>

(a) Reclassificação do ativo Intangível para o ativo imobilizado

	2011		2012		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direito de exploração da infraestrutura	(446.995)	(75.362)	211	(2)	(522.148)
Direito de uso de sistemas informatizados	(3.097)	(569)	-	-	(3.666)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.445)	(915)	-	-	(2.360)
	<u>(451.537)</u>	<u>(76.846)</u>	<u>211</u>	<u>(2)</u>	<u>(528.174)</u>

**Notas Explicativas****13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros**

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldos dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Em moeda nacional</b>							
Alfa S.A. (Arrend. Mercantil)	CDI + 1,5% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2013	-	503 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	-	Julho de 2017	212	265 (c)
Banco Bradesco S/A (Finame)	7,00% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2014	95	271 (c)
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	0,0530% (a)	535	94	Fevereiro de 2017	130.752	172.005 (b)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	-	Fevereiro de 2017	12.338	16.234 (c)
Bradesco S.A. (Arrend. Mercantil)	1,14% a.m.	N/I	-	-	Novembro de 2014	247	484 (c)
Itaú Leasing S.A. (Arrend. Mercantil)	1,2321% a.m.	N/I	-	-	Maio de 2014	12	36 (c)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>				<b>94</b>		<b>143.656</b>	<b>189.798</b>
						<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						45.909	46.644
Custos de transação						(50)	(73)
						<b>45.859</b>	<b>46.571</b>
<b>Não Circulante</b>							
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis financeiros						97.841	143.316
Custos de transação						(44)	(89)
						<b>97.797</b>	<b>143.227</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada pela taxa média ponderada;

**Garantias:**

- (b) Fiança bancária.  
(c) Fiança bancária com aval do acionista controlador.

**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2013</u>
2015	45.145
2016	45.145
2017	7.551
Total	<b>97.841</b>

1. Em 05 de fevereiro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$ 267.353, liberado em 6 parcelas, entre 2009 e 2011.

O principal está sendo amortizado em 72 parcelas mensais, de 15 de março de 2011 até 15 de fevereiro de 2017.

## Notas Explicativas

Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, entre 15 de maio de 2009 e 15 de fevereiro de 2011. Desde 15 de março de 2011, os juros estão sendo pagos mensalmente, sendo que a última parcela será paga em 15 de fevereiro de 2017.

As principais cláusulas restritivas desse contrato de financiamento, vêm sendo cumpridas regularmente e estão especificadas a seguir:

- A Companhia está impedida de distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, exceto se as demonstrações financeiras auditadas do ano fiscal anterior ou as demonstrações financeiras revisadas do primeiro período apresentem, cumulativamente, no mínimo, os seguintes índices:
  - Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 2,5, onde:
    - Dívida líquida = dívida decorrente dos contratos de financiamento com o BNDES, debêntures e outras dívidas autorizadas pelos financiadores, menos o disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras);
    - EBITDA (lucro operacional + depreciação e amortização – receitas e despesas financeiras) calculado considerando os últimos 12 meses.
  - Índice de cobertura do serviço da dívida (caixa + juros + “fees” e outros débitos relacionados à dívida/serviço da dívida pago no referido período) maior ou igual a 1,3.

### 14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	Vencimento final	2013	2012
1. 1a Emissão - Série 1	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	9	Abril de 2014	28.195	53.304 (e)
1. 1a Emissão - Série 2	IGPM + 10,65% a.a.	0,1630% (a)	877	-	Outubro de 2013	-	30.306 (e)
2. 4a Emissão - Série 1	109,00% do CDI	0,1217% (b)	4.151	3.368	Setembro de 2017	965.531	974.667 (f)
2. 4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	0,0983% (b)	1.100	509	Outubro de 2017	131.059	136.409 (f)
3. 5a Emissão - Série Única (d)	IPCA + 4,88%	0,3412% (b)	9.117	8.816	Outubro de 2018	434.862	- (f)
4. Cetip (Notas promissórias)	104,5% do CDI	0,0073% (a)	-	-	Maio de 2013	-	50.382 (f)
<b>Total geral</b>				<b>12.702</b>		<b>1.559.647</b>	<b>1.245.068</b>
						<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						37.340	123.757
Custos de transação						(3.123)	(1.276)
						<b>34.217</b>	<b>122.481</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures						1.535.009	1.126.570
Custos de transação						(9.579)	(3.983)
						<b>1.525.430</b>	<b>1.122.587</b>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.

## Notas Explicativas

- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 23.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

### Garantias:

- (e) Penhor de 55% das ações e das contas bancárias e cessão da indenização e dos recebíveis.
- (f) Não existem garantias.

### **Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2013</u>
2015	120.625
2016	482.500
2017	492.624
2018	439.260
Total	<u>1.535.009</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 1º de outubro de 2013, a Companhia pagou a última parcela de principal da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 98.000.

Está vigente apenas a 1ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 98.000, com remuneração de IGPM + 10,65% a.a. A amortização do principal está sendo efetuada em seis parcelas anuais, entre 1º de abril de 2009 e de 2014 e o pagamento dos juros, anualmente, entre 1º de abril de 2007 e de 2014.

2. Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 4ª emissão pública de debêntures, num total de 1.100.000 debêntures simples, em duas séries, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, para distribuição pública, totalizando R\$ 1.100.000, na data de emissão.

Foram emitidas 965.000 debêntures da 1ª série ao valor nominal de R\$ 1.000 na data da emissão.

As debêntures da 1ª série são remuneradas a 109% do CDI.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

- Amortização: em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2015 e a última, na data de vencimento, em 15 de setembro de 2017;
- Juros: trimestralmente, entre 15 de junho de 2013 e 15 de setembro de 2017. As debêntures da 1ª série poderão ser facultativamente resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer momento, a critério da emissora mediante pagamento de prêmio.

Foram emitidas 135.000 debêntures de 2ª série, com valor nominal total de R\$ 135.000 na data da emissão. As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 2,71% a.a.

O valor nominal das debêntures e os juros serão pagos da seguinte maneira:

## Notas Explicativas

- Amortização: em uma única parcela, na data de vencimento, em 15 de outubro de 2017;
- Juros: semestralmente, entre 15 de abril de 2013 e 15 de outubro de 2017.

As debêntures da 2ª série não poderão ser facultativamente resgatadas.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA da Emissora seja superior a 4.

Em 28 de maio de 2013, foi contratada uma operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 2,71% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal referentes à 4ª emissão de debêntures da 2ª série, pelo percentual de 88,95% do CDI.

3. Em 17 de outubro de 2013, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, nos termos da Instrução da CVM nº 400, no valor nominal de R\$ 450.000.

Os juros serão pagos semestralmente, a partir de 15 de abril de 2014, sendo o principal amortizado no vencimento da operação, em 15 de outubro de 2018.

As debêntures têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA sob o qual incidem juros remuneratórios 4,88% a.a e não poderão ser facultativamente resgatadas.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4.

Em 17 de outubro de 2013, foi contratada operação de *swap*, onde houve a troca do indexador IPCA + 4,88% a.a., para todos os vencimentos de juros e principal, pelo percentual de 98% do CDI.

4. Em 13 de maio de 2013, a Companhia liquidou a 3ª emissão de notas comerciais.

## 15. Fornecedores

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	29.293	10.749
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	23	112
Cauções e retenções contratuais	<u>14.538</u>	<u>13.476</u>
	<u>43.854</u>	<u>24.337</u>

**Notas Explicativas****16. Obrigações fiscais****a. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – Circulante**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
IRPJ e CSLL	130.463	100.394
ISS	9.184	8.090
COFINS	4.743	4.373
PIS	1.028	948
INSS Retido	1.736	1.024
PIS, COFINS e CSLL Retidos	470	519
IRRF	157	170
Outros (IPTU, CIDE e IOF)	-	3
	<u>147.781</u>	<u>115.521</u>

**b. Obrigações fiscais federais parceladas**

	<u>2012</u>	<u>2013</u>			
	Saldo inicial	Atualizações	Realização	Transferências	
Circulante	36.650	2.007	(34.944)	34.944	38.657
Não circulante	<u>364.820</u>	<u>20.763</u>	<u>-</u>	<u>(34.944)</u>	<u>350.639</u>
Total	401.470	22.770	(34.944)	-	389.296

	<u>2011</u>	<u>2012</u>			
	Saldo inicial	Atualizações	Realização	Transferências	
Circulante	34.365	2.285	(35.204)	35.204	36.650
Não circulante	<u>374.562</u>	<u>25.462</u>	<u>-</u>	<u>(35.204)</u>	<u>364.820</u>
Total	408.927	27.747	(35.204)	-	401.470

Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 foram homologados pela Receita Federal do Brasil em junho de 2011, para pagamento em até 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, atualizadas mensalmente com base na taxa Selic. Os pagamentos iniciaram-se em junho de 2011 com as seguintes condições:

Com relação aos parcelamentos em aberto, não há:

- Parcelamentos sujeitos à liquidação com base na receita bruta e tampouco houve a amortização no período de parcelamentos sujeitos à liquidação com base neste critério;
- Utilização de créditos fiscais ou prejuízos fiscais para a compensação dos pagamentos dos parcelamentos;
- Bens arrolados ou outras garantias sobre os parcelamentos vinculados à lei 11.941/09;
- Nenhum risco associado e perda do regime especial de pagamento.



## Notas Explicativas

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	2013		2012	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Até uno	292	259	891	788
	<u>292</u>	<u>259</u>	<u>1.207</u>	<u>1.023</u>

Durante o exercício de 2013 foram reconhecidos como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro, os montantes de R\$ 67 (R\$ 184 em 2012) relativos a despesas financeiras e R\$ 619 (R\$ 558 em 2012) relativos a despesas de depreciação.

### 19. Provisão de manutenção

	2012		2013		
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	7.443	15.413	371	(21.392)	1.835
Não circulante	603	14.665	452	-	15.720
Total	<u>8.046</u>	<u>30.078</u>	<u>823</u>	<u>(21.392)</u>	<u>17.555</u>

	2011		2012		
	Saldo Inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Saldo final
Circulante	59.966	27.405	3.848	(83.776)	7.443
Não circulante	-	601	2	-	603
Total	<u>59.966</u>	<u>28.006</u>	<u>3.850</u>	<u>(83.776)</u>	<u>8.046</u>

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2013 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a. e 8,20% a.a e 10,14% a.a., respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 20. Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 246.750, compostos por 175.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

#### b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social o qual já foi atendido.

#### c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração (CAD) e aprovado pelo Conselho de Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2014.

## Notas Explicativas

A proposta de orçamento de capital está justificada substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

### d) Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o Estatuto Social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

Em 28 de outubro de 2013, foi aprovado em AGO o pagamento dos dividendos complementares relativos aos lucros do exercício de 2012, no montante de R\$ 130.612, correspondentes a R\$ 0,75 por ação, com início de pagamento para em 31 de outubro de 2013, tendo sido aprovados e pagos na data prevista.

Em 29 de outubro de 2013, foram distribuídos aos acionistas dividendos intermediários no montante de R\$ 464.388, correspondente a R\$ 2,65 por ação da conta de lucros apurados no período compreendido entre 1º de janeiro de 2013 a 30 de setembro de 2013.

A Administração propõe a distribuição complementar de dividendos aos seus acionistas, referente ao exercício de 2013, no montante de R\$ 177.000, correspondente a R\$ 1,01 por ação, a ser submetida à aprovação na próxima AGO.

Lucro líquido do exercício	<u>661.043</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido	<u>165.261</u>
Dividendos intermediários pagos	464.388
Dividendo adicional proposto	<u>177.000</u>
	641.388

### e) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício disponível para acionistas controladores	661.043	563.865
<b>Denominador</b>		
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	175.000	175.000
Lucro por ação - básico e diluído	<u>3,77739</u>	<u>3,22209</u>

## Notas Explicativas

### 21. Receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas de pedágio	1.834.855	1.670.155
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	315.837	117.334
Receitas acessórias	<u>24.588</u>	<u>23.567</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>2.175.280</b>	<b>1.811.056</b>
Impostos sobre receitas	<u>(144.551)</u>	<u>(129.424)</u>
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b><u>(144.551)</u></b>	<b><u>(129.424)</u></b>
<b>Receita líquida</b>	<b><u><u>2.030.729</u></u></b>	<b><u><u>1.681.632</u></u></b>

### 22. Resultado financeiro

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e arrendamentos mercantis	(112.038)	(126.222)
Juros sobre impostos parcelados	(22.770)	(27.747)
Variação monetária sobre debêntures	(16.705)	(9.699)
Perda com operações de derivativos ( <i>Hedge accounting</i> )	(23.552)	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(823)	(3.850)
Capitalização de custos dos financiamentos	17.381	8.379
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(10.387)	(6.211)
Valor justo sobre debêntures ( <i>Hedge accounting</i> )	<u>(324)</u>	<u>-</u>
	<u>(169.218)</u>	<u>(165.350)</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Ganho com operações de derivativos ( <i>Hedge accounting</i> )	4.382	-
Descontos obtidos	2.300	-
Variação monetária sobre debêntures	129	90
Juros e outras receitas financeiras	2.252	257
Rendimento sobre aplicações financeiras	12.048	12.154
Valor justo sobre debêntures ( <i>Hedge accounting</i> )	<u>31.021</u>	<u>-</u>
	<u>52.132</u>	<u>12.501</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u><u>(117.086)</u></u>	<u><u>(152.849)</u></u>

### 23. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e

## Notas Explicativas

estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2013			2012		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	90.791	-	-	33.325	-	-
Contas a receber	-	5.851	-	-	6.673	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	109.017	-	-	97.092	-
<b>Passivos</b>						
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	(259)	-	-	(1.023)
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	(143.397)	-	-	(188.775)
Debêntures e notas promissórias (a)	(565.921)	-	(993.726)	-	-	(1.245.068)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(61.667)	-	-	(45.923)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(13.096)	-	-	(5.509)
Contas a pagar com operações de derivativos	(16.716)	-	-	-	-	-
	<u>(491.846)</u>	<u>114.868</u>	<u>(1.212.145)</u>	<u>33.325</u>	<u>103.765</u>	<u>(1.486.298)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;
- **Contas a receber e contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Financiamentos em moeda nacional e arrendamento mercantil financeiro** - Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos.
- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2013		2012	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Debêntures e notas promissórias	997.103	1.021.601	1.250.327	1.279.080

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia emitiu debêntures da 2ª série, da 4ª emissão, remuneradas a 2,71% ao ano sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 88,95% do CDI. Além disso, emitiu debêntures da 5ª emissão, remuneradas a 4,88% ao ano, sobre a variação do IPCA, sendo que na mesma data da emissão foi firmado contrato de *swap* trocando a totalidade da remuneração por 98% do CDI.

## Notas Explicativas

A Administração da Companhia entendeu que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), tal qual a ponta ativa do derivativo, resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo enquanto que a dívida seria pelo custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 596.618 em 31 de dezembro de 2013. Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Aplicações financeiras e conta reserva	90.791	33.325
Debêntures	(565.921)	-
Derivativos	(16.716)	-
	<u>(491.846)</u>	<u>33.325</u>

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contratou *swap* para troca de taxa pré de 2,71% a.a adicional à variação do IPCA, por 88,95% do CDI. Essa operação, assim como a dívida (objeto de *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo).

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da 2ª série da 4ª emissão de debêntures e da 5ª emissão.

## Notas Explicativas

## Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de referência (Nocional) (1)		Valor justo		Valores brutos liquidados		Valores a receber/(receber)	
				Moeda local		Moeda local		Moeda local			
				2013	2012	2013	2012	Recebidos/(Pagos)			2013
<b>SWAP</b>											
<b>AutoBAn</b>											
Posição ativa	Merryl Lynch	28/05/2013	16/10/2017	IPCA + 2,71%	141.170	-	131.566	-	(2.454)	-	-
Posição passiva				88,95% do CDI		-	(137.815)	-			
Posição ativa	Itaú	17/10/2013	15/10/2018	IPCA + 4,88%	450.000	-	443.679	-	-	-	-
Posição passiva				98% do CDI		-	(454.146)	-			
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 2013</b>					<b>591.170</b>	<b>-</b>	<b>(16.716)</b>	<b>-</b>	<b>(2.454)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Em entendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade referentes aos juros e variações monetárias.

## Notas Explicativas

Nas análises de sensibilidade não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2014 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(5)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
<b>Passivos Financeiros</b>						
Debêntures	Aumento do IGP-M	Abril de 2014	28.204	(3.107)	(3.194)	(3.280)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	443.678	(49.291)	(55.974)	(62.658)
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	131.568	(12.232)	(14.300)	(16.369)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(443.678)	61.522	70.274	79.027
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	601.765	(56.241)	(70.269)	(84.286)
Debêntures	Aumento do CDI	Setembro de 2017	968.899	(104.053)	(130.205)	(156.411)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(163.402)</u>	<u>(203.668)</u>	<u>(243.977)</u>
<b>As taxas de juros consideradas foram<sup>(1)</sup>:</b>						
	CDI <sup>(2)</sup>			9,77%	12,21%	14,66%
	IGP-M <sup>(3)</sup>			5,51%	6,89%	8,27%
	IPC-A <sup>(4)</sup>			5,51%	6,89%	8,27%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo. Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2013, divulgada pela CETIP;

(3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pela ANBIMA;

(4) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

- Riscos de engenharia – ampliação e melhoramentos, cobertura de obra – R\$ 92.295;
- Riscos de engenharia – conservação e manutenção – R\$ 25.000;
- Riscos patrimoniais / operacionais – R\$ 73.100;
- Responsabilidade civil – R\$ 91.400;
- Perda de receita – R\$ 156.871.

Além disso, a Companhia possui um seguro garantia de R\$ 112.691, cobrindo riscos relativos às obrigações previstas no contrato de concessão, tendo como beneficiário o Poder Concedente.

Veículos: Cobertura para danos materiais e pessoais de R\$ 83.500 (R\$ 492 por veículo), para danos morais de R\$ 14.373 (R\$ 83 por veículo), para equipamentos R\$ 2.800 (100 por veículo) e para acessórios R\$ 83 (R\$ 2 por veículo).

## 25. Compromissos vinculados a contratos de concessão

### a. Compromissos com o Poder Concedente

#### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	2013	2012	2013	2012
Outorga fixa a pagar	1.188.399	1.366.390	1.043.237	1.200.636

Esses compromissos, atualizados até 31 de dezembro de 2013, estavam assim distribuídos:

	<b>Valor Nominal</b>	<b>Valor Presente</b>
2014	274.246	260.682
2015	274.246	248.268
2016	274.246	236.446
2017	274.246	225.187
Após 2018	91.415	72.654
	<u>1.188.399</u>	<u>1.043.237</u>

## Notas Explicativas

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período de 2013 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 232.791 referente ao direito de outorga fixa (R\$ 222.613 no exercício de 2012).

A AutoBAn está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo Termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta, exceto para os meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro, cuja alíquota foi de 1,5% conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período findo em 31 de dezembro de 2013 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 45.535 referente ao direito de outorga variável (R\$ 50.633 exercício de 2012).

#### *b. Compromissos relativos à concessão*

A concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrado abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
		(Reapresentado)
Compromisso de investimentos	474.641	876.616

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes.

#### *c. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins*

De acordo com Termo Aditivo Modificado nº 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixa da Concessão, recompondo o equilíbrio financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

**Notas Explicativas****26. Plano de Previdência Privada (contribuição definida)***a. Contribuição definida*

Os montantes reconhecidos como despesas em 2013 e 2012, relativo ao plano de previdência privada (contribuição definida) estão demonstrados abaixo:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Plano de previdência privada (contribuição definida)	763	639

**27. Demonstração dos fluxos de caixa**

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram caixa e, portanto, foram ajudas na demonstração dos fluxos de caixa de exercício de 2013:

	<u>2013</u>
Fornecedores	44.684
Fornecedores - partes relacionadas	<u>13.050</u>
<b>Efeito no caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>57.734</b>
Aquisição de ativo intangível	<u>(57.734)</u>
<b>Efeito no caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(57.734)</b>

**Composição do Conselho da Administração**

Antônio Linhares da Cunha	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro
Leonardo Couto Vianna	Conselheiro
Marcus Rodrigo de Senna	Conselheiro
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Renato Alves Vale	Conselheiro

**Composição da Diretoria**

Maurício Soares Vasconcellos	Diretor Presidente e de Relação com Investidores
Roberto Siriani de Oliveira	Diretor Operacional

**Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC 1SP129452-O3

Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.  
 Av. Prof.ª Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, 200  
 Bairro do Retiro – 13209 500 – Jundiaí – SP  
 tel / fax: 55 (11) 4589 4000  
 www.grupoccr.com.br/autoban



**CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A.**

**C.N.P.J. nº 02.451.848/0001-62**

**N.I.R.E. 35.300.154.461**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
 DA CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGÜERA-BANDEIRANTES S.A. A  
 SER REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2014**

**PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL**

Nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas e do artigo 25, §1º, inciso IV, da IN CVM 480, apresentamos a V. Sas. para análise e posterior aprovação na AGO, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2014, no valor de R\$ 288.447.796,54 (duzentos e oitenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2014.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 288.447.796,54

**Aplicações**

Investimento planejado para atendimento a compromissos da Companhia	R\$ 288.447.796,54
---	--------------------

**Origens/Fontes de Financiamento**

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2013	R\$ 197.309.437,25
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 91.138.359,29

Jundiaí, 19 de fevereiro de 2014.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Renato Alves Vale

Presidente

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A.

Jundiaí - SP

#### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Sistema Anhanguera-Bandeirantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Sistema Anhanguera Bandeirantes S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU José Roberto P. Carneiro

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 109447/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 19 de fevereiro de 2014 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Jundiaí, 19 de fevereiro de 2014.

MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA

Diretor Operacional

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, emitido em 19 de fevereiro de 2014 e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Jundiaí, 19 de fevereiro de 2014.

**MAURÍCIO SOARES VASCONCELLOS**

Diretor Presidente e de Relação com Investidores

**ROBERTO SIRIANI DE OLIVEIRA**

Diretor Operacional